



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
258ª SESSÃO
(SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA)

Em 6 de Dezembro de 2018

(Quinta-Feira)

Às 9 horas

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 96 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Passa-se às

BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria encaminhar três pronunciamentos para serem dados como lidos.

O primeiro pronunciamento é para externar a gratidão que eu sinto pela terceira edição do Prêmio Destaque Social do Ano, organizado na cidade de Maravilha.

O segundo pronunciamento é para destacar que o Município de Quilombo, entre 241 iniciativas, foi o escolhido para receber o Prêmio Nacional de Turismo.

O terceiro pronunciamento é para ressaltar que, no próximo domingo, vamos conhecer o campeão da Liga Serrana de Futebol, em Lages, e para dizer que o time de Maravilha foi campeão no domingo passado, no oeste de Santa Catarina. Além disso, o Avaí subiu para a Série A, na qual a Chapecoense permanece.

Eu quero encaminhar esses três pronunciamentos para serem dados como lidos. Peço que eles sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, nobre Deputado.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO CELSO MALDANER.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Neste momento, este Presidente irá suspender a sessão extraordinária para dar início à sessão solene em homenagem aos 40 anos da regulamentação da profissão de arquivista, proposta pelo Deputado Professor Pacco.

(Suspende-se a sessão às 9 horas e 1 minuto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Neste momento, esta Presidência reabre a sessão extraordinária, após o encerramento da sessão solene em homenagem aos 40 anos da regulamentação da profissão de arquivista, proposta pelo Deputado Professor Pacco.

Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estamos aqui hoje para, mais uma vez, levar uma mensagem a todos os brasileiros. Nós estamos encerrando o mandato na Câmara dos Deputados do Brasil, onde eu tive a oportunidade de conhecer grandes figuras, grandes Deputados que têm trabalhado para este País — V.Exa. é um deles. Tenho aqui ao meu lado um grande Deputado paulista que também tem desenvolvido um trabalho admirável em benefício do Brasil.

Deputado Manato, quero parabenizá-lo por sua atuação. V.Exa. é um dos Deputados que, religiosamente, têm conduzido esta Casa e dado resultados positivos não só para a administração da Câmara dos Deputados, mas, principalmente, para o trabalho em benefício de uma política correta e séria para os brasileiros do nosso País.

Eu quero dizer que, nos últimos dias da próxima semana, farei uma prestação de contas.

Vou continuar aqui com os meus amigos. Nesses 28 anos, eu fiz grandes amigos na Câmara dos Deputados do Brasil e me orgulho muito deles pelo trabalho realizado.

Muito obrigado .

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, Deputado.

Nesta Casa, nós temos o maior orgulho de sermos companheiros de V.Exa. nestas Legislaturas — a metade das Legislaturas de V.Exa.

Tenho certeza de que V.Exa. vai deixar uma saudade. Graças a Deus, vai estar sempre perto de nós! Eu vou estar ali ao lado também. Vamos estar próximos e vamos contribuir para o nosso País, porque é isto o que nós queremos: um Brasil melhor.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente, por 5 minutos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de usar a tribuna, eu queria fazer uma homenagem ao Deputado Marquezelli, nosso companheiro de tantos mandatos, uma pessoa de fácil trato, de relações amistosas, republicanas, democráticas. Sei que S.Exa. lutou por esta eleição. Não conseguiu, mas é um Deputado muito reconhecido.

Apesar de todas as nossas divergências, sempre houve a cordialidade necessária para se fazer a disputa em alto nível, particularmente sobre a questão agrícola e agrária, com a qual S.Exa. trabalha, e sobre o meio ambiente, do qual sou defensor.

Quero parabenizá-lo por tantos anos de trabalho, Deputado Nelson Marquezelli, e desejar boa sorte a V.Exa. na sua continuidade de luta política. V.Exa. sempre será um ser político para nós e um companheiro de jornada.

Quero desejar boa sorte ao Deputado Marquezelli e cumprimentar o Deputado Manato, que preside esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - V.Exa. pode ocupar a tribuna, por 5 minutos.

Esta Presidência convida todos os Parlamentares a comparecerem a esta sessão. Nós temos 284 Parlamentares na Casa. Precisamos de mais 20 Deputados para alcançarmos o quórum para a Ordem do Dia.

Temos decretos legislativos importantes a serem votados. Esses decretos estão travando o nosso Itamaraty, que precisa da nossa ajuda.

Eu conto com a presença de S.Exas. para destrancar a pauta, a fim de rapidamente votarmos os decretos legislativos relacionados ao Itamaraty.

Tem a palavra, por 5 minutos, o meu amigo Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assumo a tribuna nesta manhã para falar da gravidade da situação que está sendo visualizada para a causa indígena no nosso País.

Até agora, o Governo eleito não sabe onde vai alocar a FUNAI. Falou-se de tudo. Há mais de 30 anos, a FUNAI está no Ministério da Justiça, logicamente, porque se trata de demarcação das terras indígenas, trata-se de cumprir o art. 231 da Constituição Federal de 88, que dá garantias de demarcação das terras indígenas. Deram o prazo de 5 anos para demarcá-las. Até hoje só um terço, Deputado Marquezelli, foi demarcado. Mais um terço está homologado para ser demarcado. Agora o Presidente eleito diz que não demará mais nenhuma terra, e o setor ruralista ameaça invadir terras indígenas. Evidentemente, a visão do Presidente eleito sobre a questão indígena é tosca e será repudiada internacionalmente por qualquer antropólogo ou sociólogo, enfim, por todos os que acompanham a importância de um país continental ainda ter terras indígenas, que são a garantia da preservação de florestas e rios.

O Deputado Bolsonaro, agora Presidente eleito, vem colocando uma questão que demonstra um desconhecimento da própria Constituição. As terras indígenas são terras da União, não dos indígenas. Então, os indígenas não podem vendê-las, não podem usá-las para mineração, para exploração do desmatamento. Isso não existe. Isso vai contra a própria Constituição. Inclusive, outro dia, ele fez um discurso comparando os indígenas a animais no zoológico. Aquilo foi uma ofensa brutal aos indígenas brasileiros, à sua cultura, ao reconhecimento da formação social do povo brasileiro. O General Mourão chegou a dizer que eles são indolentes. É assim que eles veem os indígenas.

Na verdade, eles colocam no centro da questão uma suposta ameaça estrangeira em função da permanência das terras indígenas. Para isso, estão reivindicando a soberania nacional, tão esquecida quando prestaram continência para subalternos americanos aqui no Brasil, como ocorreu com o Sr. Bolton.

Bolsonaro, propositadamente, se esquece de dizer o óbvio: as terras indígenas são bens da União, conforme o art. 20 da Constituição, e são registradas como patrimônio da União nos cartórios de imóveis e na Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com o Decreto nº 1.775, de 1996. Jamais elas poderiam ter sido tomadas por nações estrangeiras nem poderiam dar origem a outros países. Isso é uma loucura!

Na verdade, ele quer que o índio seja transformado num consumidor ou num favelado nas grandes cidades. É isto o que eles estão querendo: usurpar as terras indígenas. Querem usar motosserras para liquidar a importantíssima presença brasileira no cenário internacional como vanguarda da defesa do meio ambiente. Por isso, Bolsonaro não está sediando a COP-25, o que causou um espanto generalizado no nosso País. Esse evento manteria o protagonismo do Brasil nessa questão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós somos solidários aos povos indígenas. Sabemos que a ditadura militar matou mais de 8 mil indígenas. Isso foi analisado pela Comissão da Verdade. As terras indígenas são fundamentais para a preservação da natureza, dos rios, das florestas, da cultura. Devemos nos orgulhar de, no Brasil, ainda existirem tribos não conhecidas. Devemos protegê-las! Colocar a FUNAI no Ministério da Agricultura é um desatino absoluto, assim como colocar a FUNAI num tal Ministério da Cidadania, junto com o combate às drogas. O que é isso?! O Sr. Sergio Moro, futuro Ministro da Justiça, deveria tratar dessa questão, que é importante e tem repercussão internacional, mas ele quer tratar só da corrupção, porque ele sabe que teria que enfrentar o setor ruralista do agronegócio, que quer usar a motosserra, que quer desflorestar o Brasil. Esse setor não entende que a sustentabilidade depende da manutenção das terras indígenas.

Por isso, Sr. Presidente, manifesto a nossa total solidariedade à luta indígena. Condenamos qualquer invasão de terras indígenas e defendemos a homologação de todas as terras indígenas, como manda a Constituição brasileira.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana, que dispõe de 1 minuto.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, eu gostaria de deixar registrados nos Anais da Casa dois artigos publicados na imprensa mineira.

Eu tenho total identificação com agenda liberalizante do futuro Ministro Paulo Guedes, mas ele se encontra empenhado numa guerra ideológica. Ele fez duas agressões ao PSDB e à social-democracia, quando, na verdade, está precisando agregar votos para as reformas, e o PSDB vai ser parceiro nessa travessia. É muito importante o futuro Ministro Paulo Guedes se concentrar mais nas suas funções. O Ministro da Fazenda tem que agir muito e falar pouco. O Ministro Malan é um modelo disso. Qualquer frase dele pode interferir no mercado, no câmbio, na Bolsa. Por isso, ele tem que falar menos. Deve haver menos guerra ideológica. O liberalismo e a social-democracia, no mundo contemporâneo, têm mais convergência do que divergência.

Portanto, eu queria deixar registrada essa preocupação.

Eu concluo com um ditado português ampliado por mim no artigo: "*Cautela, caldo de galinha e um pouco de humildade histórica nunca fizeram mal a ninguém*". Eu acho que é preciso baixar a poeira, sair do palanque, largar a guerra ideológica e trabalhar para tirar o Brasil do atoleiro em que está metido.

O outro registro se refere aos desafios do Governo Zema, em Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Flavinho, por 5 minutos.

O SR. FLAVINHO (PSC - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu me lembro do ano de 2016, no qual a Presidente Dilma Rousseff, que cometeu crime de responsabilidade fiscal, sofreu *impeachment* aqui na Casa. No início daquele ano, a Presidente da República, como é de praxe, veio a esta Casa apresentar o seu plano de governo. Assim ocorreu com a Presidente Dilma Rousseff. A Casa estava lotada. Quando a Presidente entrou, muitos aplaudiam e outros vaiavam. Foi assim durante a sua fala. Eu nem aplaudi nem vaiei, e fui questionado por um jornalista sobre qual havia sido a minha postura, porque foi muito forte essa manifestação na Câmara. Eu disse que nem aplaudi, porque não apoiava aquele Governo corrupto, que destruiu o País; e, é claro, nem vaiei, porque respeito a instituição Presidência da República. Por que eu estou dizendo isso, Sr. Presidente? Todos nós estamos vendo essa situação com o STF: os Ministros, agora especialmente o Ministro Lewandowski, estão indignados com o achincalhamento feito pela população. Assusta-me ver o Ministro Lewandowski assustado com o achincalhamento, um Ministro como ele, que achincalha a população brasileira quase todos os dias com as suas posturas, com as suas votações lá no STF. Esse senhor, esse Ministro, aliás, os Ministros no nosso País se acham semideuses. Alguns até se sentem deuses. Não se pode falar nada. Não se pode questionar. Não se pode criticar. Só o Legislativo e o Executivo podem ser criticados, mas o Judiciário, não, porque esses Srs. Ministros são deuses ou semideuses.

Eu quero dizer para o Sr. Ministro Lewandowski e para alguns outros — especialmente para ele e para o Sr. Barroso — que, sim, eu tenho vergonha desse STF, assim como falou aquele advogado dentro daquele avião. Envergonha a população brasileira a postura de Ministros como o Sr. Lewandowski e, muitas vezes, o Sr. Barroso e o próprio Presidente Toffoli, que agem com ativismo judicial. Já denunciemos isso várias vezes nesta Casa. Há usurpação de poder. Ministros togados, que não foram eleitos pelo povo e não tiveram voto popular, querem tomar o espaço das decisões próprias desta Casa, dos Parlamentares, seja daqui, seja do Senado. Então, sim, eu também tenho vergonha do STF em muitas situações.

É claro que respeito, de forma institucional, o STF e os Ministros. Porém, de forma alguma, um Ministro está acima de qualquer outro cidadão brasileiro — e ele pode ser criticado.

Eu também não concordo com o achincalhamento, com as agressões verbais, quando uma autoridade está num voo, ou num restaurante, ou seja onde for. Eu já disse qual foi a minha postura dentro desta Casa, quando esteve aqui a Presidente Dilma Rousseff, cassada por crime de responsabilidade fiscal. Eu não aplaudi nem vaiei. No entanto, eu a critico, como a criticava, e a critico ainda neste momento. Quem é um Ministro do STF para se achar acima de outro cidadão brasileiro, para que não possa ser criticado? Isso é ridículo.

Volto a dizer que há esse ativismo judicial de alguns Ministros, especialmente — volto a citar — do Ministro Barroso, do Ministro Lewandowski e do Ministro Toffoli, quando ainda não era Presidente do STF. Quantas vezes nós vimos, por exemplo, na questão do aborto, um tremendo, vergonhoso e ridículo ativismo judicial do STF! E não podemos falar que sentimos vergonha dessas ações do STF? Não podemos falar que sentimos vergonha dessas atitudes desses Ministros ativistas, especialmente, nesse caso, ativistas de esquerda, grandes defensores do PT e de pautas progressistas? É claro que eu posso criticar, assim como qualquer outro cidadão brasileiro também pode. Como Parlamentar, eu recebo críticas. Agora, quando eu receber críticas, vou mandar prender quem criticou? É democracia ou é ditadura do Judiciário?

Vamos criar vergonha na cara neste País, aqui no Legislativo, no Executivo e no Judiciário, que muitas vezes, sim, envergonha a nossa Nação. Muitas vezes, tenho vergonha de ver as ações dos nossos Ministros e do STF. Repito: ainda que eu mantenha o meu respeito institucional ao STF e aos Srs. Ministros, muitas vezes sinto, sim, vergonha do STF.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós tivemos acesso a um levantamento recente do IBGE, ao qual todos podem ter acesso pelo *GI*. Essas informações deveriam ser divulgadas pelo menos duas vezes por semana em todos os meios de comunicação deste País, principalmente nos grandes meios de comunicação.

Do que eu estou falando aqui? Eu estou falando de um estudo, de uma pesquisa, de um levantamento que mostrou que 54 milhões de pessoas vivem com uma renda de 406 reais no Brasil. Prestem atenção: pessoas vivem com uma renda de 406 reais. Mas essa ainda não é a pior notícia. A pior é que nós já temos mais de 12 milhões — esse número está aumentando — de pessoas que vivem com pouco mais de 100 reais. Essa é a realidade nua e crua deste País.

Quem sabe se isso fosse mais debatido, mais comentado, mais anunciado, muitas autoridades deste País teriam tido vergonha de reivindicar que seus salários passassem de 33 mil para 39 mil reais, como fez o Supremo Tribunal Federal. Agora ainda tentam buscar uma forma de não acabar com o auxílio-moradia.

Eu queria que a Procuradora Raquel Dodge, que se apresenta como uma mulher sensível, honesta e justiceira, refletisse sobre isso. Procuradora Raquel Dodge, o País vive numa miséria, com milhões e milhões de irmãos nossos na pobreza, com mães que muitas vezes deixam de comer para dar o alimento para o filho. Como é que milhões de pessoas podem viver com 100 reais, 140 reais, 400 reais? A senhora, depois do aumento do salário para 39 mil reais, ainda diz que vai pedir para manter o auxílio-moradia, que deve estar custando 4 mil ou 5 mil reais? Explique-me, Procuradora Raquel Dodge! Parece que o coração de V.Exa. não tem a sensibilidade expressada pela sua boca, pela sua voz. Isso é contraditório.

É por isso que um cidadão comum perde a cabeça e, dentro de um avião, vai dizer para o Ministro: "*Esse Supremo é uma vergonha!*"

A Justiça eleitoral brasileira é uma vergonha! Ou não é uma vergonha? A turma do Bolsonaro dizia que não aceitaria a derrota. Dizia: "*Se nós perdermos, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, e ninguém vai governar este País*". E, quando a Justiça Eleitoral brasileira viu, presenciou a maior fraude eleitoral que o Brasil já teve, que foi o investimento de bilhões e bilhões no WhatsApp na eleição de Bolsonaro, ela amarelou, afrouxou.

Essa Justiça é incoerente. Corre atrás de um candidato a Deputado Estadual ou Senador Federal lá no Estado só para ver se o carrinho velho que ele alugou realmente estava incluído na Declaração de Imposto de Renda do pobre coitado lá do mato, se o documento estava certinho. Ai do candidato que a Justiça Eleitoral comprovar isso! Ele corre o risco de perder o mandato. É o caso do nosso companheiro da Bahia, grande Deputado, grande figura pública, ex-Prefeito, que se elegeu Deputado Federal, mas foi condenado pela Justiça Suprema do Brasil e pode perder o mandato, pode não assumir o cargo, porque, quando foi Prefeito, contratou trabalhadores e trabalhadoras de microempresas para fazer uniforme escolar. Qual é o pecado, qual é o erro que esse cidadão cometeu? Muitas vezes tirou de grandes empresas para fazer com que esse mercado das microempresas também pudesse trabalhar e produzir.

Então, realmente, na medida em que a Justiça brasileira — seja ela a eleitoral, seja a Justiça comum, e eu estou aqui falando da Justiça Suprema — assumiu, virou uma engrenagem do golpe neste País, essa Justiça desmoralizou-se. E não adianta vir com rodeio e com conversa fiada. Quem colocou o Lula na inviabilidade eleitoral foi meia dúzia de juízes, começando pelo Sergio Moro, em Curitiba, acelerando, apressando, passando na frente rapidamente, correndo para chegar a Porto Alegre, para três ou quatro juízes, com tudo já combinado, deixarem Lula na inelegibilidade.

Se isso não bastasse — Lula solto ainda teria grande influência, grande mobilização para fazer crescer a bancada de Governadores, Senadores e Deputados e eleger o seu Presidente —, meia dúzia de Ministros do Supremo manda prender o Presidente Lula. Repito: mandam prender o Presidente Lula!

Então, eu não estou dentro de um avião, não estou dentro de um carro, não estou dentro de quatro paredes, estou na tribuna da Câmara dos Deputados fazendo a minha afirmação pessoal a partir da minha avaliação, da minha análise desde o início do período do golpe, porque o Supremo interveio no Executivo em certo momento não deixando Lula ser Ministro. O Supremo interveio no Senado, mandando prender Delcídio do Amaral, que era fichinha perto do Eduardo Cunha, que estava nesta Mesa. Mas o Supremo, mesmo com pedido do Procurador-Geral da República, não afastou desta Mesa o Eduardo Cunha. E por que o Supremo não pediu o afastamento do Eduardo Cunha? Porque ele era necessário para conduzir o *impeachment* nesta Casa! Só depois daquele domingo em que o *impeachment* foi votado aqui, o Supremo pediu o afastamento de Eduardo Cunha. Essas são as minhas conclusões. Portanto, chega de hipocrisia neste País: hipocrisia política, hipocrisia judiciária, hipocrisia midiática! A verdade é que a pobreza extrema neste País, depois do Temer, já cresceu: mais de 2 milhões de pessoas estão passando fome. Há gente tendo que ir para dentro de um carro alojar-se porque não tem casa para morar; há gente desempregada; há gente com fome; há programas sendo cortados.

E quanto às nossas riquezas? O Brasil está sendo vendido a preço de nada para o capital internacional! Este capital financiou a campanha do Bolsonaro, que montou uma equipe econômica coordenada por Paulo Guedes, para vender tudo rapidamente, para arrecadar 900 bilhões de reais! Eu quero ver daqui a 1 ano onde estarão nossas riquezas, onde estarão os 900 bilhões de reais. Não dou prazo de 2 anos para irem ao Fundo Monetário Internacional — FMI, como a Argentina já foi, pegar dinheiro emprestado e colocar o Brasil cada vez mais de joelhos.

Peço que o pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente, por 5 minutos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria colocar nesta manhã a seguinte questão: ontem o Presidente Jair Bolsonaro, respondendo a uma indagação de um repórter, titubeou ao ser perguntado sobre o futuro Ministro-Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Ele disse o seguinte: *"Se houver provas robustas, eu vou usar a caneta Bic"*. Ou seja, vai demitir o Ministro.

Eu não sei de que provas robustas Bolsonaro está precisando, porque Onyx Lorenzoni confessou o crime de caixa dois e pediu desculpas. Ele acha que, se o Sergio Moro perdoar-lhe — Moro disse: *"Ele já pediu desculpas"* —, está tudo resolvido. Ora, qualquer um dos que estão presos em Curitiba, pela Operação Lava-Jato, a começar pelo Presidente Lula, poderia só pedir desculpas e sair, então, já que está perdoado. É assim que o Moro está tratando os acusados de corrupção. Ele, em vídeo gravado, disse que caixa dois era pior do que corrupção. Ele mesmo disse isso. Aliás, o Onyx também tem vídeo gravado dizendo que caixa dois era pior do que corrupção.

Agora, é interessante que ontem o General Mourão, que é o Vice-Presidente, disse que, se for averiguado que há crime, o Onyx Lorenzoni precisa ser afastado. Eu sei o que o Jair Bolsonaro está esperando.

O Moro, ao dizer que o Onyx Lorenzoni tem a confiança dele, cometeu dois grandes erros. Em primeiro lugar, convocado para ser o "xerife" do Planalto, o rei da luta contra a corrupção, ele vai proteger o colega de Ministério, escandalosamente réu confesso? Em segundo lugar, ele é o chefe da Polícia Federal. Então, logicamente, ele está inibindo a Polícia Federal de investigar. E olhe que a PGR propôs, e o Ministro Fachin pediu a investigação direta sobre o Onyx Lorenzoni para afastá-lo, só que não falta nada, porque ele é réu confesso. Ele confessou o crime de caixa dois. E há outra denúncia feita pela *Folha de S.Paulo*, e há o relatório da Odebrecht citando-o.

Então, este Governo já começa assim: o Ministro da Saúde é acusado de crimes, quando exercia cargos administrativos; a Ministra da Agricultura é acusada de servir à JBS e de ter negócios privados com ela, enquanto era Secretária de Agricultura do seu Estado. E assim vai se compondo o Ministério.

Há muita enganação no que nós estamos assistindo. Na verdade, nós sabemos que Bolsonaro pertenceu a partidos que tiveram acusações pesadas nesta Casa. Ele conviveu décadas aqui com o PP de Maluf. O PP é o partido que teve mais Parlamentares investigados, com muitos condenados na Operação Lava-Jato. Nada passava ao seu lado, ele não sabia de nada, ele é o grande combatente da corrupção no nosso País.

Nós estamos aqui para dizer o seguinte: o combate à corrupção não resolve o problema de uma nação; isso é obrigação, não é virtude. E fazer isso, como alavancagem eleitoral, é cinismo. Foi isso o que foi feito. Mas agora é a hora de governar. Ele vai ter que governar para os ricos, porque 70% da população acha que Bolsonaro serve aos ricos do nosso País, embora muitos dos de baixo tenham votado nele.

Portanto, este combate à corrupção é uma falácia. Acho que o Ministro Onyx Lorenzoni não chega à posse, porque é muito desgaste, o discurso é muito contraditório. E nós exigimos que tanto Moro quanto Bolsonaro sejam coerentes com o discurso.

(Durante o discurso do Sr. Ivan Valente, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Lincoln Portela, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Julio Lopes, por 3 minutos.

Em seguida, nós vamos começar a Ordem do Dia.

Enquanto S.Exa. vai à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Valadares Filho, por 1 minuto.

O SR. VALADARES FILHO (PSB - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria, na manhã de hoje, lamentar, mais uma vez, a falta de sensibilidade do Governo do Estado de Sergipe com os nossos servidores públicos estaduais. Mesmo sem fazer a reposição inflacionária há 5 anos, o Governo, através do seu Secretário de Fazenda, anuncia que não há nenhuma perspectiva para o próximo ano.

É um governo que continua massacrando o servidor público estadual com parcelamentos salariais, parcelamento do 13º salário, e não faz nenhum planejamento de valorização dos servidores públicos do nosso Estado. Apesar de ter sido reeleito agora usando a máquina administrativa, o poderio econômico identificado pelo Ministério Público Federal, o Governo de Sergipe demonstra que continua sem um planejamento de valorização do nosso servidor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Julio Lopes, por 3 minutos. Depois falará o Deputado Lincoln Portela.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Manato, Sras. e Srs. Deputados, quero mais uma vez falar de uma verdadeira revolução no Brasil. Tive a honra de ser o autor do projeto da Identificação Civil Nacional — ICN e o Relator do Documento Nacional de Identidade — DNI, que é absolutamente disruptivo. Ele dará à sociedade brasileira uma nova estrutura de comunicação e de relação do cidadão com o Estado, suas repartições e seus órgãos.

Esse meio proporcionará que, doravante, possamos controlar todos os beneficiários do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada — BPC e, sobretudo, da Previdência Social. Esse meio fará com que a Previdência Social do Brasil esteja em contato permanente com os seus assistidos e possa ter deles um *feedback* diário e permanente de como estão sendo assistidos, de como estão recebendo os serviços providos por ela, pelo INSS, e assim sucessivamente.

Além disso, Presidente Manato, poderemos fazer um efetivo levantamento de todos os estudantes brasileiros, sobretudo do Fundo de Financiamento Estudantil — FIES, que apresenta índices alarmantes de inadimplência, para que tenhamos um redesenho da administração pública quanto às suas despesas, não só nos setores de educação e de saúde, mas também em todas as áreas em que o cidadão brasileiro é assistido pelo Governo com algum tipo de subsídio.

Quero aqui também registrar, e peço que se divulgue nos órgãos de comunicação da Casa, que esta semana estive com a Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Dodge. Na ocasião, pedi a ela que, em vez de continuar somente acusando interminavelmente os gestores de saúde do Brasil inteiro com relação à presença e ao acesso de funcionários públicos federais do sistema de saúde e ao respectivo atendimento àqueles que dele precisam, enquanto Procuradora-Geral, fizesse uma indicação e uma portaria no sentido de que a saúde brasileira use o DNI como controle de acesso, controle de atendimento e controle de permanência nos hospitais públicos federais, em todas as direções do SUS.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o SUS do Brasil passará a ser monitorado, administrado e verificado pelo sistema do DNI, que é o Documento Nacional de Identidade, de forma rápida, célere, eficiente. Isso fará com que o Brasil finalmente encontre sintonia e harmonia entre aquele que precisa do atendimento e o médico ou o enfermeiro que provê aquele atendimento.

Era essa a comunicação que eu queria fazer.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a devida divulgação deste meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Presidente Manato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 259 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

Passo a Presidência da Mesa para o Deputado Geraldo Resende.

(O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Resende, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Resende. PSDB - MS) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

PROJETO DE LEI Nº 6.882-C, DE 2017

(DO SR. ALBERTO FRAGA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.882-C, de 2017, que concede anistia aos militares do Estado do Espírito Santo por atuação em movimentos reivindicatórios; tendo parecer: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação deste e dos de nºs 6.886/17 e 6.891/2017, apensados, com substitutivo (Relator: Dep. Vinicius Carvalho); da Comissão de Relações Exteriores e da Defesa Nacional, pela aprovação deste, dos de nºs 6.886/17, 6.891/17, e 8.004/17, apensados, com Substitutivo (Relatora: Dep. Cristiane Brasil); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa; e, no mérito, pela aprovação deste e dos de nºs 6.886/17; 6.891/17, e 8.004/17, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com subemendas (Relator: Dep. Benjamin Maranhão).

Tendo apensados (4) os PLs nºs 6.886/17, 6.891/17, 8.004/17 e 10.779/18.

Passa-se à discussão.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

O projeto foi emendado.

Para oferecer parecer às emendas de Plenário pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao nobre Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Geraldo Resende, pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, manifesto parecer favorável à aprovação das Emendas de Plenário nºs 1 e 2; pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, manifesto parecer favorável à aprovação das Emendas de Plenário nºs 1 e 2; pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, manifesto parecer favorável quanto à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 1 e 2 aos projetos.

"Projeto de Lei nº 6.882, de 2017

Concede anistia aos militares do Estado do Espírito Santo e aos militares, policiais civis e agentes penitenciários do Estado de Minas Gerais por atuação em movimentos reivindicatórios ocorridos entre 1º de janeiro de 2011 até o dia 7 de maio de 2018.

Emenda Modificativa de Plenário

Altera-se a redação do art. 1º do Substitutivo do PL 6.882, de 2017:

Art. 1º. Fica concedida anistia aos militares do Estado do Espírito Santo e aos militares, policiais civis e agentes penitenciários do Estado de Minas Gerais investigados, processados ou punidos por participarem ou por suas famílias terem participado de movimentos reivindicatórios por melhorias de vencimentos e de condições de trabalho, ocorridos entre 1º de janeiro de 2011 até o dia 7 de maio de 2018."

Subscrevem os Deputados Subtenente Gonzaga, Zé Geraldo, Arnaldo Faria de Sá e André Figueiredo.

"Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 6.882, de 2017

Concede anistia aos militares do Estado do Espírito Santo por atuação em movimentos reivindicatórios.

Com fundamento no art. 120, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, acrescente-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 6.882, de 2017, o Estado do Ceará.

Justificação

Os militares do Estado do Ceará há 3 anos tentam negociar melhorias salariais, dentre outras reivindicações que visam valorizar os profissionais de segurança pública daquele Estado.

Os presidentes de associações desencadearam o movimento tolerância zero com o objetivo de mostrar a importância do serviço dos militares estaduais, contudo o Ministério Público indiciou os presidentes de entidades de classe, pedindo ainda o indiciamento do Deputado Federal Cabo Sabino, do Avante do Ceará, que foi negado pela Procuradora-Geral Raquel Dodge. Entretanto, os militares estaduais não tiveram a mesma sorte, sendo indiciados pela auditoria militar do Estado do Ceará."

Subscrevem os Deputados Jorginho Mello e João Paulo e a Deputada Erika Kokay.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Resende. PSDB - MS) - Passa-se à votação.

Em votação o substitutivo adotado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Orientação de bancada.

Como há acordo, eu peço para registrar o voto "sim" de todas as bancadas.

Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.

Estão prejudicadas a proposição principal, as apensadas e o substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Em votação as Subemendas nºs 1 e 2 adotadas pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania ao substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, ressalvados os destaques.

Como não houve destaques, passemos à orientação de bancada.

Também peço para consignar o voto "sim" de todas as bancadas.

Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação as Emendas de Plenário nºs 1 e 2, com pareceres favoráveis.

Orientação de bancada.

Peço para consignar o voto "sim" de todas as bancadas.

Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Resende. PSDB - MS) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

Passo a Presidência ao Deputado Carlos Manato.

(O Sr. Geraldo Resende, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.)

O SR. LINCOLN PORTELA (PR - MG) - Deputado Manato, caso a Ordem do Dia seja encerrada, eu gostaria de falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos os pares. *(O orador se emociona.)*

Muito obrigado, Deputados Geraldo, Lincoln e Aleluia pelo carinho.

Gostaria de agradecer também ao Deputado Alberto Fraga, que é o nosso companheiro e autor do projeto. Nós fizemos um apensado junto com o Capitão Augusto — eu também fiz.

Gostaria de agradecer a todos os Líderes que tiveram essa compreensão; ao Deputado Gonzaga, que fez emenda incluindo Minas Gerais; e ao Deputado Cabo Sabino, que fez emenda incluindo outras questões.

Eu acho que, neste momento, nós resgatamos uma coisa justa com os policiais do Espírito Santo. Há mais de 1 ano e 7 meses, nós lutamos. *(O orador se emociona.)*

Tenho certeza de que eu deixo esta Casa — vou deixá-la agora no início do ano — com a sensação de dever cumprido.

Em nome dos policiais do Estado do Espírito Santo, eu agradeço a todos os senhores o carinho que tiveram.

Eu vou continuar com a Ordem do Dia. Há ainda muitos decretos legislativos para serem apreciados.

Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga, por 1 minuto.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se esta medida emocionante V.Exa., imagine o quanto ela é importante para os policiais e bombeiros militares do Espírito Santo!

Eu tive a oportunidade de estar presente no Espírito Santo, assim como estive presente na maioria dos eventos reivindicatórios de policiais e bombeiros militares do Brasil.

Enquanto esta Casa e o Estado brasileiro não reconhecerem o direito de cidadania dos policiais e bombeiros militares e, de resto, dos militares federais, esta Casa haverá de reconhecer, por esse instrumento, essas anistias.

Nós, enquanto policiais e bombeiros militares, sentimo-nos subcidadãos. E é uma subcidadania imposta pela Constituição, que veda o direito de reivindicar. Sob a premissa de vedação do direito de reivindicar, o Estado brasileiro, no plano federal, especialmente nos Estados, tem imposto condições subumanas, às vezes, de trabalho, de salário, de cidadania.

Portanto, se V.Exa. se emociona, imagine o que representa isso para cada um dos policiais e bombeiros militares do Espírito Santo, neste momento! E V.Exa. os representou aqui com muita responsabilidade.

Eu quero agradecer, em nome de todos os policiais militares do Brasil e de Minas Gerais, que, por irresponsabilidade do Governo de Minas, estão há mais de 3 anos com seus salários parcelados e atrasados. Ainda assim, no dia 6 de maio deste ano, por conta de um ato de reivindicação, este Governo mandou indiciar quase 2 mil policiais e bombeiros militares.

Portanto, em nome desses policiais e bombeiros, fica aqui o meu reconhecimento e o meu agradecimento pessoal pelo empenho, o que eu acompanhei aqui, para se aprovar esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Obrigado, Subtenente Gonzaga. Obrigado por ter ido ao nosso Estado. V.Exa. participou ativamente.

Temos que agradecer aos funcionários da Mesa, aos funcionários da Casa, que são maravilhosos. Em todas as Comissões, eles estiveram juntos conosco. Nós passamos em três Comissões. Fizemos um requerimento de urgência, e o Presidente Rodrigo Maia permitiu o requerimento de urgência.

Hoje, como a pauta é pela Presidência, e como eu estou presidindo a sessão, eu coloquei a matéria na Ordem do Dia, o que é prerrogativa da Presidência.

Aos senhores todos que estão comigo nestes anos eu agradeço muito o carinho. Eu acho que me despeço dos senhores com chave de ouro.

Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Lincoln Portela, por 1 minuto.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. e o Subtenente Gonzaga, porque outra categoria também foi incluída no projeto: os agentes penitenciários do Estado de Minas Gerais.

Se o atual Governo quer trabalhar mesmo no combate à corrupção, no combate às coisas hediondas que estão acontecendo dentro do sistema prisional, no combate à desvalorização daqueles que são os agentes penitenciários, que deveriam ser Polícia Penal...

Parabenizo o Deputado Subtenente Gonzaga por ter incluído os agentes penitenciários de Minas Gerais que, a cada dia, continuam sendo vilipendiados pelo atual Governo de plantão, que foi o pior Governo que Minas Gerais conheceu nos últimos tempos, inclusive em relação aos agentes penitenciários.

Parabéns, Subtenente Gonzaga!

Parabéns, Deputado Carlos Manato!

Posteriormente, Sr. Presidente, quero falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Enquanto o Deputado sobe à tribuna, eu tenho que dar a palavra ao capixaba, porque ele vai voltar para o Espírito Santo. Nós o queremos lá de volta.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realmente guardo muito boas lembranças do Espírito Santo, onde vivi minha juventude no norte do Estado, mais precisamente em São Gabriel da Palha e Vila Valério, que hoje também é Município. E aproveito a oportunidade para parabenizar V.Exa.

Penso que o Parlamento tem este papel: representar, defender. Nós não podemos ter uma categoria, num momento de muita dificuldade, com muitas reivindicações a serem feitas — e era justo o movimento —, reprimida. Vivemos em um país democrático. E é por isso que o PT votou favorável, fez o acordo, porque entendemos que temos de tirar esta visão de algumas autoridades, a da repressão. Parece que ela começa a ser muito forte, neste novo momento que vamos ter no Brasil. A repressão não nos leva a nada. É melhor sentar com os trabalhadores e atender às reivindicações deles. Se não der para atender a tudo, vamos atender em parte.

O Espírito Santo é um Estado que tem recursos. É um Estado que tem renda oriunda do petróleo. É um Estado que tem muita mineração. Aliás, é o Estado que mais produz mármore, granito, pedras ornamentais no mundo. Este é o Espírito

Santo. Então, é um Estado que pode, sim, propor melhores salários para categorias, como professores, policiais e outros agentes públicos, que, com certeza, vão trabalhar melhor a favor do povo.

Meus parabéns, Deputado Manato!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Vou colocar em votação um requerimento de urgência da Mesa. Na sequência, vou conceder a palavra ao Deputado Lincoln Portela. Depois, vamos ao projeto original.

Requerimento de Urgência nº 9.310, de 2018.

Com base no art. 115 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência para a apreciação do Projeto de Resolução nº 348, de 2018.

Senhor Presidente,

Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação do Projeto de Resolução nº 348, de 2018, da Mesa Diretora, sobre a adoção de numeração comum com o Senador Federal das proposições que especifica, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 2018

Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de urgência.

Concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela, que falará pela Liderança do PR, por 8 minutos. Depois volto para o projeto original.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Manato.

Sr. Presidente, o Brasil, de fato, está experimentando agora a liberdade, a liberdade daqueles que pensam de maneira diferente dos ensinamentos de Lenin, de Karl Marx, das experiências de Stalin.

Estão pensando diferente, porque há 2 anos nós estamos trabalhando aqui nesta Casa — estou vendo ali o Deputado Flavinho, Relator do Programa Escola sem Partido — sobre a aberração que está acontecendo nas academias brasileiras. Diga-se de passagem que essa aberração começou com o Ministro Paulo Renato, em 1995, e passou pelas hostes do ateu socialista Fernando Henrique Cardoso. As academias brasileiras começaram a ser empoderadas, e empoderadas por um marxismo selvagem, ou seja, nada presta além do marxismo, nada presta além do leninismo. Fala-se também de Stalin, que acabou matando comunistas, mas também matou milhares de judeus incentivado — incentivado — por Hitler.

Ora, vejam bem a situação: os comunistas mataram no mundo mais de 100 milhões de pessoas. Hoje são os heróis da resistência, são o supassumo de toda a realidade, o supassumo de toda a democracia, ou seja, o que não é esquerda, não é democracia. Democracia é apenas aquilo que a Esquerda pensa. Direita ou centro — eu já nem sei mais se existe centro —, direita ou esquerda, isso já não representa mais democracia no Brasil. Há um outro detalhe: as táticas do leninismo, do marxismo.

Estou vendo ali o Dr. Miguel Nagib. Se não me engano, foi autor originariamente do projeto, pelo qual lutou muito. S.Exa. é advogado, católico. O pessoal fala muito que são os evangélicos que estão fazendo isso. A Igreja Católica somou fileiras, como o missionário Flavinho, católico, também serrou fileiras.

Eu quero dizer aos senhores e às senhoras o absurdo que está sendo vencido. Eu estou assistindo às reuniões da Comissão do Escola sem Partido, reuniões estas das quais a Esquerda negou-se a participar, negou-se a debater, porque, democraticamente, tanto a Presidência quanto os outros membros da Comissão convidavam pessoas da Esquerda para falarem, mas elas eram derrotadas, fragorosamente, porque não tinham argumentos.

E eles mentem. Um dos argumentos deles é a mentira. Quanto mais você mente, quanto mais você mente, quanto mais você mente, quanto mais você mente, mais vira a verdade. E eles mentem a tal ponto de passarem óleo de peroba nas bochechas, dizendo que não há doutrinação nas escolas, que há sim uma participação de todos nas escolas. Esses dias eu vi o Deputado Aleluia manifestando-se acerca de outros pensadores, de outros filósofos que nem são tocados nas escolas. Simplesmente esses, que eu lhes disse, e outros ainda piores é que são discutidos nas escolas.

E quanto ao *bullying*? *Bullying* é crime. Eu sou o Relator de uma matéria sobre essa questão e me baseei no acontecimento de Realengo, no Estado do Rio de Janeiro. *Bullying é crime*. E o que está acontecendo? Aqueles que são considerados pela Esquerda de retrógrados — olhem bem a cara de pau! — são chamados de fascistas, de nazistas. É assim que nos chamam! Quem não gosta nesta Casa... Eu estou aqui há 20 anos e nunca vi alguém da Esquerda participar de uma solenidade dos judeus ou da Nação de Israel aqui neste plenário. Pelo contrário, eu vi Ministros, eu vi Embaixadores serem retirados do Brasil. Quem odeia os judeus é que poderia — futuro do pretérito — ser chamado de nazista. Então, eles poderiam ser

chamados assim, porque não gostam dos judeus. Ora, fazem *bullying* nas escolas, *bullying* com os cristãos, *bullying* com os judeus, *bullying* com aqueles que pensam diferente.

E há outro detalhe: se, de repente, um aluno tem uma ideia um tanto quanto criacionista, o professor o obriga a escrever na prova ideias leninistas e marxistas, e ele é reprovado na prova, ele não pode fazer prova. Eu tenho alunos que comungam comigo nas comunidades. Eu fui votado em 780 Municípios em Minas Gerais, estou no sexto mandato, fui Secretário do Esporte, trabalhei na televisão por 28 anos, fui apresentador de televisão, radialista, e as denúncias dos massacres e da humilhação que os alunos cristãos recebem nas escolas são as mais absurdas.

Alguns marxistas dizem assim: "*Querem rasgar Karl Marx. Querem rasgar seus escritos*". Não. Queremos que eles sejam lidos, queremos que os escritos de Lenin sejam lidos por toda a população brasileira, para que a população brasileira veja as besteiras que aquelas pessoas colocam nas narrativas.

Ora, nós queremos uma escola livre, não queremos amordaçar ninguém. Mentirosos! Mentirosos aqueles que dizem que queremos amordaçar. Muito pelo contrário, eles é que querem colocar mordida na nossa boca, eles é que não querem que falemos. Eles invadem a Mesa, eles "invadem" o Presidente, eles fazem pressão, põem a tropa de choque para gritar, para verem se vencem no grito, porque, fora do grito, não conseguem vencer.

E o Brasil acordou! O Brasil acordou! Não há dedo-duro, não há ninguém entregando professor. E ainda querem dizer que odiamos professores, que detestamos professores. Essa é mais uma mentira repetida. Amamos os professores! Os professores precisam ser respeitados, ter salários melhores e receber o respeito dos alunos! Agora, lamentavelmente, professores que trabalham com uma ideologia marxista, leninista e outras massacram com *bullying*, ferem o Código Penal, ferem o ECA, principalmente através da erotização precoce das nossas crianças. Erotizam precocemente as nossas crianças. Isso está em todo o Brasil. E não adianta receberem a cobertura de uma determinada emissora de televisão que segue os ensinamentos de Butler para fazer com que as crianças se tornem experimento deles, para que elas possam se revoltar contra o cristianismo. Se eles puderem — eles, sim! — rasgam as Bíblias, queimam as Bíblias.

Mulheres feministas, quando o Papa veio ao Brasil, colocaram crucifixo nas vaginas; homens colocaram crucifixo nos ânus. Eu estou aqui com minha imunidade Parlamentar e não estou falando nenhum palavrão. É um absurdo! Estão derrotados, não vencerão, porque o mal não prevalece sobre o bem.

Querem falar sobre Lenin? Querem falar sobre Stalin? Falem, não estão proibidos de falar, mas não façam achaque àqueles que sabem que as coisas são diferentes, que não são daquela maneira.

Escola sem Partido, ou o nome que você queira dar: essa maldita doutrinação está acabando!

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 348, DE 2018
(DA MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 348, de 2018, que "dispõe sobre a adoção de numeração comum com o Senado Federal das proposições que especifica, e dá outras providências". Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para oferecer parecer ao projeto pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga. Em seguida, falará o Deputado Henrique Fontana, pela Liderança da Minoria.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania é favorável quanto à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação.

Lembro que este projeto é extremamente importante, porque padroniza a numeração entre Câmara e Senado, facilitando até para nós que lidamos dia a dia com esses números.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Passa-se à discussão. (*Pausa.*)

Não há quem queira discuti-lo.

Em votação o Projeto de Resolução nº 348, de 2018.

Orientação da bancada.

Conforme acordo, é "sim" para todos.

Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai à promulgação.

Esta Presidência considera promulgada, nesta sessão, a presente resolução.

Concedo a palavra ao Líder Henrique Fontana, que falará pela Liderança da Minoria. V.Exa. dispõe de até 9 minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Manato.

Quero cumprimentar os colegas Deputados e Deputadas e conversar com o Brasil, especialmente com aqueles que acompanham mais esta sessão legislativa da Câmara Federal.

Gostaria de fazer um pedido especialmente a um colega e tenho certeza de que S.Exa. compreenderá e o acatará. Digo isso porque o nosso Regimento tem um problema, Presidente Manato: quando nós, por educação, urbanidade e diálogo direto com colegas, queremos citar o nome de um colega, parece que isso oferece a oportunidade de apartes ou de pedidos de palavra em outro momento.

Eu quero dialogar com o Deputado Lincoln Portela, que acaba de usar a tribuna por 9 minutos. Eu o ouvi com toda tranquilidade e atenção. Em muitos momentos, debati projetos com S.Exa., falei sobre o Brasil, sobre futuro, sobre temas, sobre aquilo que entendemos e sempre conseguimos conversar, com muito respeito mútuo, sobre as nossas diferenças. E assim deve ser em uma democracia.

Mas eu quero pedir ao colega Lincoln Portela que repense alguns conceitos que ele expressou da tribuna, Deputado Zé Geraldo.

Ao defender o projeto, que ele tem todo o direito de defender, por óbvio, chamado Escola sem Partido, o Deputado Lincoln Portela traz um conjunto de preconceitos contra a Esquerda. Eu considero que esse projeto é para levar a ideologia de quem está no poder para dentro das escolas, porque, se esse projeto for aprovado, nós vamos ter um processo de partidarização, de ideologização, aí, sim, da educação pública brasileira, já que a liberdade de cátedra é um dos fundamentos da democracia em qualquer período histórico e em qualquer nação do mundo. E numa democracia livre, saudável e sólida tem que haver espaço para que as diferenças de opinião sejam debatidas, respeitando-se aqueles que têm inclinações mais à Direita ou mais à Esquerda.

Por exemplo, o meu colega Lincoln Portela disse aqui que jamais viu alguém da Esquerda presente em algum tipo de sessão de homenagem ou debate sobre a questão do Estado de Israel ou sobre o povo judeu. Preconceito, erro ao tentar vender uma imagem de conflito de maneira antagônica e equivocada da Esquerda. Eu estive aqui em diversas sessões desse tipo.

O Deputado Lincoln procura trazer aquele conflito de definir que a Esquerda estaria contra a religiosidade do povo brasileiro, seja dos evangélicos, seja dos católicos, seja dos cristãos. Ele traz exemplos como a suposição de que alguns militantes de esquerda colocavam crucifixo no ânus, e de mulheres com crucifixos na vagina. Isso é um absurdo, Deputado Lincoln Portela! Usar uma frase como essa para tentar fazer política partidária é algo absolutamente inaceitável! É a tentativa de vender um preconceito e de usar a religiosidade para fazer política partidária. E isso não é bom para o Brasil, isso não é bom para a democracia.

Nós temos católicos que são do PT, católicos que são do PSDB, católicos que são do PSL, ou do PR, o partido do Deputado Lincoln Portela. Eu tenho grandes amigos militantes do PT que são evangélicos e que estão absolutamente tranquilos com essa escolha de ser de esquerda e da religião evangélica.

A tentativa de alguns setores religiosos de definir que a Esquerda estaria contra a religiosidade é um preconceito inominável, é algo que prejudica fortemente a solidez de uma democracia.

Utilizaram muito esse tipo de preconceito nas *fake news* espalhadas durante recente disputa eleitoral no nosso País. Isto atrapalha a democracia. Um governo deve sempre ser um governo laico, que respeite todas as religiões, que respeite o direito de todos os brasileiros à sua escolha religiosa, ao seu culto. Jamais um governo instituído republicaneamente pode perseguir qualquer tipo de religião, seja a religião católica, sejam as religiões evangélicas, sejam as religiões de matriz africana, por exemplo.

Quando a democracia começa a ser permeada por discursos como esse que o meu colega Lincoln Portela fez, nós estamos na antessala da construção da intolerância religiosa misturada com a política. Isto é grave, porque significa que milhões de brasileiros podem passar a ser perseguidos. A ideia constituída por alguns setores da sociedade brasileira de um antipetismo doentio é a mesma ideia que construiu há anos um anticomunismo doentio. Nós temos pessoas dentro do espectro ideológico que movem a política brasileira e global, e todas essas pessoas têm que ser respeitadas.

Acabamos de ter a eleição de um Presidente de extrema-direita — eu sou oposição a esse Governo —, mas não posso, em hipótese alguma, aceitar que este Governo tente impor de forma autoritária uma visão preconceituosa contra qualquer pessoa que tenha qualquer religião, contra qualquer pessoa que tenha a sua opção sexual e contra qualquer pessoa que tenha a sua opção partidária.

O discurso feito nesta tribuna é inspirado no discurso do Presidente eleito, que uma semana antes das eleições fez uma fala para apoiadores, reunidos na Avenida Paulista, dizendo que o Brasil precisava exterminar os vermelhos, que os vermelhos tinham que ir para a ponta da praia, local onde foram torturados militantes de Esquerda no período da ditadura militar. Isto não serve ao Brasil!

Eu jamais me calarei diante da tentativa de oprimir visões, pensamentos, que têm que ter o seu lugar dentro da democracia. Nós de esquerda representamos milhões de pessoas que acreditam, que têm identidade com as ideias de esquerda. Por isso eu sou contra o projeto Escola sem Partido, porque tive professores de direita, de centro, de esquerda, professores que negavam a política, que não queriam participar de nada da política. Eu me formei ouvindo diferentes opiniões, Deputado Manato, de diferentes professores. Eu formei a minha história, a minha visão de mundo.

Nós temos que permitir que os nossos jovens tenham acesso a todas as informações, a todos os professores, com todas as suas ideias, ensinando as matérias das quais eles são professores e também falando sobre a sua visão de mundo.

Nós não podemos defender uma escola onde haja a censura, uma escola onde alguém teria o direito de ser o censor do que seria a chamada partidarização de uma aula.

Diz-se: *"Ah, eu quero a escola sem partido"*. Todos nós, por óbvio, queremos a escola sem partido, mas não há escola sem política, não há escola sem ideias. Neste projeto que vocês defendem, quem seriam os censores que definiriam se a aula que um professor ministrou foi uma aula considerada lesiva pela opinião política desse censor, ou se aquela aula está dentro da normalidade democrática?

Na minha opinião, é um absurdo, é um ataque à democracia, é um ataque à educação pública, livre e democrática este projeto Escola sem Partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado.

Vamos iniciar a apreciação dos decretos legislativos.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 140-A, DE 2015
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 140-A, de 2015, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Helênica sobre Extradicação, assinado em Atenas, em 3 de abril de 2009; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Antonio Bulhões).

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Não há requerimento sobre a Mesa.

Passa-se à discussão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Pois não, Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós concordamos plenamente com o acordo, mas com o decreto legislativo, não.

Não é correto quando o decreto legislativo tenta afetar o conteúdo do acordo.

Se houver a retirada do decreto legislativo, e se colocarem o decreto legislativo como é devido... Decreto legislativo que trata de acordo internacional se aprova ou não se aprova. Este decreto legislativo inova, querendo estabelecer limites.

Nós votamos a favor, se for o texto comum de um decreto legislativo, e não este decreto legislativo que interfere no texto, tentando impedir que o Brasil extradite pessoas, na forma do acordo internacional, criminosos que porventura venham ser condenados à prisão perpétua na Grécia.

Eu não posso concordar com a mudança do texto do acordo. O acordo não estabelece isso. O acordo estabelece a extradição. O criminoso na Grécia será julgado pela lei da Grécia, pelo código penal da Grécia; se vier para o Brasil, será julgado pelo Código Penal brasileiro.

Eu apresentei um projeto nesta legislatura que imita a legislação espanhola e cria a prisão permanente revisável, na medida em que a União Europeia também não permite prisão perpétua.

O brasileiro que foi condenado na Espanha agora — a notícia brasileira é de que ele foi condenado à prisão perpétua —, na verdade foi condenado à prisão permanente revisável. Isso significa que não haverá relaxamento de prisão, não haverá nenhum tipo de relaxamento do cumprimento da pena, se ele não comprovar, ao longo de muitos anos, ser um indivíduo inteiramente recuperado.

Portanto, este projeto como está não pode ser aprovado.

Se o Relator puder alterar aqui em plenário o decreto legislativo, nós o aprovaremos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Nós hoje só vamos votar acordo. Se não houver acordo, eu tiro de pauta.

Então, se eu entendi bem, nobre Deputado, nós vamos consultar os partidos se concordam em tirar o substitutivo e voltar o projeto original. É isso o que V.Exa. propõe?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) - Não, eu só quero fazer um destaque supressivo do dispositivo colocado indevidamente no decreto, que diz o seguinte: "(...) *pressupondo-se que se inclua, dentre os casos de inadmissibilidade da extradição contemplados nesse instrumento, aquele em que o pedido de extradição for feito com relação a crime passível de ser punido com pena de caráter perpétuo de acordo com a lei (...)*"

Eu não posso mudar o texto do acordo. E está-se mudando o texto do acordo. Acho que isso de alterar o decreto V.Exa. poderia fazer de ofício, porque ele não está na forma dos decretos legislativos que aprovam os acordos. Não posso alterar o acordo por uma decisão da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Deputado, V.Exa. viu o substitutivo da CCJC?

Deputado Aleluia, V.Exa. teve acesso ao substitutivo da CCJC? Dê uma olhada, por favor. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) - Quero dizer que voto na forma do substitutivo da CCJC, que está em conformidade com o que eu penso, que é cumprir o acordo internacional e respeitar a lei do país com o qual nós estamos fazendo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Isso! Foi o que eu li, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) - Retiro a objeção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - *"Pela aprovação, com o substitutivo."* Está aqui. Posso continuar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) - Pode continuar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado pela compreensão.

O Deputado foi brilhante.

Não há mais discussão. *(Pausa.)*

Passa-se à votação.

Em votação o substitutivo adotado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Decreto Legislativo nº 140-A, de 2015, ressalvados os destaques.

Não há destaques.

Há acordo de todas as bancadas.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Está prejudicada a proposição inicial.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 436-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 436-B, de 2016, que aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, celebrado em Copenhague, em 23 de março de 2011; tendo parecer: da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Izalci Lucas); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Antonio Bulhões).

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Não há requerimento sobre a mesa.

Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo orador inscrito, está encerrada a discussão.

Orientação de bancada. *(Pausa.)*

Há acordo. Todos votam pela aprovação.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 776-D, DE 2017
(DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 776-D, de 2017, que aprova o texto do Acordo Multilateral de Céus Abertos para os Estados Membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), celebrado em Brasília, em 8 de novembro de 2012; tendo parecer das Comissões: de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação (Relator: Dep. Celso Russomanno); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação (Relator: Dep. Lucas Vergilio); da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Mauro Mariani); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Antonio Bulhões).

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Não há requerimento sobre a mesa.

Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Pelo acordo, a orientação das bancadas é toda "sim".

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 776-D, de 2017.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 788-B, DE 2017
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 788-B, de 2017, que aprova o texto da Convenção Internacional para a Segurança de Contêineres, de 1972, adotada durante Conferência Internacional realizada em Londres, Reino Unido, em 2 de dezembro de 1972, revisado e consolidado com as emendas adotadas por meio das Resoluções MSC.20(59) e A.737(18), bem como o texto das emendas a essa Convenção, adotadas por meio das Resoluções MSC.310(88) e MSC.355(92), tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Mauro Mariani); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Marcelo Aro).

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 788-B, de 2017.

Orientação de bancadas.

Pelo acordo, todos orientam "sim".

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 812-C, DE 2017
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 812-C, de 2017, que aprova o Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega em Matéria Aduaneira, assinado em Oslo, em 19 de dezembro de 2012; tendo parecer: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (Relatora: Dep. Laura Carneiro); da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Covatti Filho); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Covatti Filho).

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 812-C, de 2017.

Orientação de bancadas.

Há acordo, e todos orientam "sim".

Em votação o projeto de decreto legislativo.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 865-A, DE 2017

(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 865-A, de 2017, que aprova o texto da Emenda ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Estado do Kuaite, celebrado em Brasília, em 22 de julho de 2010; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Betinho Gomes).

Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 865-A, de 2017.

Orientação das bancadas pelo acordo, todos "sim".

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 880-A, DE 2017

(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 880-A, de 2017, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite sobre Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010; tendo parecer: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Mauro Lopes); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Antonio Bulhões).

Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 880-A, de 2017.

Orientação das bancadas pelo acordo, todos "sim".

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 933-A, DE 2018
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 933-A, de 2018, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 2010, e sua emenda realizada por troca de notas, em 31 de julho de 2017; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Fábio Trad).

Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 933-A, de 2018.

Orientação das bancadas pelo acordo, todos "sim".

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

Vamos ao último item.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 937-A, DE 2018
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 937-A, de 2018, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 10 de novembro de 2010, e a sua Emenda por troca de notas ocorrida entre abril e julho de 2017; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Nelson Pellegrino).

Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 937-A, de 2018.

Orientação das bancadas pelo acordo, todos "sim".

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

Não vou encerrar a sessão, mas a Ordem do Dia está encerrada.

Vamos dar a palavra aos Deputados, por 1 minuto, para encerrarmos a sessão, já que estamos no adiantado por 1 hora.

Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez quero cumprimentá-lo pela aprovação do projeto de anistia.

Queremos também, neste momento, fazer um apelo ao Plenário para que, na próxima semana, possamos votar aqui o Projeto de Lei nº 7.223, de 2006, que cria o regime disciplinar de segurança máxima, uma nova modulação para a progressão de regime que dialoga diretamente com o controle de comunicação dos presídios.

Eu avalio que, apesar da segurança pública ter sido um tema presente quase diariamente na tribuna da Casa, efetivamente esta legislatura produziu muito pouco em relação à segurança pública.

Portanto, nós temos a oportunidade de, na última semana de trabalho da Casa, aprovarmos esse projeto para tornarmos mais eficiente e mais eficaz o cumprimento de pena no regime fechado para efetivamente controlarmos a comunicação nos presídios.

Ninguém aguenta mais esse modelo de progressão de regime em que o condenado, após cumprir um sexto da pena, já adquire o direito à progressão. E ninguém aguenta mais assistir diariamente a problemas de comunicação nos presídios. Todo o dia a mídia mostra apreensões de telefones e equipamentos de comunicação nos presídios.

Mas esse não é um problema só de gestão. Há um problema de legislação. A legislação não impede, a legislação nem sequer considera crime usar telefone em presídio, a legislação não permite o monitoramento à comunicação nos presídios.

Portanto, esta Casa está devendo uma legislação que dê eficácia e eficiência à gestão. E o PL 7.223, na minha avaliação e na da Comissão Especial que o aprovou, com as atualizações que fizemos aqui a partir de um amplo debate com vários Deputados e com várias Lideranças, está pronto para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero registrar a presença nesta Casa do Prefeito de Timóteo, Douglas, nosso parceiro e amigo, e também do Secretário Municipal de Saúde, Eduardo.

Estivemos agora com o Ministro da Saúde, Gilberto Occhi, levando a ele a necessidade de apoio para equiparmos a UPA de Timóteo, cuja construção começou há muitos anos. Vários Prefeitos que por lá passaram não conseguiram concluir a obra, uma obra importante, e o Prefeito Douglas, que foi eleito agora, há poucos meses, com o nosso apoio, com o apoio da população, arregaçou as mangas e já está terminando a obra. Agora, precisa equipar aquela UPA.

Nós estivemos lá garantindo primeiro a prorrogação do convênio, que estava se encerrando agora, e depois garantindo 800 mil reais para a compra de equipamentos, a fim de colocar em funcionamento a UPA da cidade de Timóteo. Além disso, mandamos 250 mil para pavimentação.

Portanto, cumprimento o Prefeito Douglas e toda a população daquela cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para hoje, quinta-feira, dia 6 de dezembro, às 14 horas.

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 58 minutos.)